

# A desigualdade de gênero nas Ciências Sociais brasileira: evidências sobre a perspectiva masculinista na ciência<sup>1</sup>

Aline do Rocio Neves<sup>2</sup>  
 Patrícia Sene de Almeida<sup>3</sup>  
 Samira Kauchakje<sup>4</sup>

*Recebido em maio de 2024*  
*Aceito em junho 2024*

## RESUMO

As desigualdades de gênero alcançam diversas esferas educacionais, dentre elas a do ensino superior. Embora tenha havido um aumento da produção científica feminina, dados da Organização das Nações Unidas (2018) mostraram que as mulheres correspondem a menos de 30% dos pesquisadores no mundo. Pressupõe-se que as diversas áreas do conhecimento têm se consolidado a partir de construtos teóricos de autores do gênero masculino. Questionamos, então, em que medida as publicações nas áreas de Ciências Sociais e Ciência Política brasileira evidenciam a perspectiva masculinista da ciência. Nosso objetivo é analisar comparativamente a desigualdade de gênero na produção das Ciências Sociais e Ciência Política brasileira. Através de estatística descritiva e análise bibliométrica em caráter exploratório, buscou-se quantificar a produção científica em ambas as áreas de modo comparado. Os resultados mostram a predominância masculina entre autores e entre artigos publicados, embora haja maior equilíbrio entre os gêneros na Sociologia do que na Ciência Política, e lançam luz sobre as consequências das desigualdades de gênero sobre a construção do conhecimento.

**Palavras-chave:** ensino superior; desigualdade de gênero; bibliometria.

## Gender inequality in Brazilian Social Sciences: evidence of the masculinist perspective in science

## ABSTRACT

Gender inequalities affect various educational spheres, including higher education. Although there has been an increase in female scientific production, data from the United Nations (2018) showed that women account for less than 30% of researchers worldwide. It is assumed that the various areas of knowledge have been consolidated on the basis of theoretical constructs by male authors. We therefore question the

<sup>1</sup> Uma versão preliminar desse artigo foi apresentada no 13º Seminário Nacional de Sociologia & Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Agradecemos às avaliadoras pelas considerações que permitiram avançar as discussões para esse artigo, em especial à Profa. Dra. Arilda Fortunata Arboleya.

<sup>2</sup> Doutoranda em Gestão Urbana (bolsista do Programa Fundação Araucária NAPI Educação do Futuro), Me. Direitos Humanos e Políticas Públicas e Cientista Social (PUCPR), [aline.rocio.neves@gmail.com](mailto:aline.rocio.neves@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutoranda em Ciência Política (UFPR, bolsista Capes, Brasil), Cientista Social e Mestra em Gestão Urbana (PUCPR), [patriciasenealmeida@gmail.com](mailto:patriciasenealmeida@gmail.com).

<sup>4</sup> Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Docente do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental e do curso de Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFPR). Diretora do CidaPOL-lab, [skauchakje@gmail.com](mailto:skauchakje@gmail.com).

extent to which publications in the areas of Social Sciences and Political Science in Brazil highlight the masculinist perspective of science. Our aim is to comparatively analyze gender inequality in the production of Brazilian Social Sciences and Political Science. Using descriptive statistics and exploratory bibliometric analysis, we sought to quantify scientific production in both areas in a comparative way. The results show a male predominance among authors and published articles, although there is a greater gender balance in Sociology than in Political Science, and shed light on the consequences of gender inequalities on the construction of knowledge.

**Keywords:** higher education; gender inequality; bibliometrics.

## Introdução

Neste artigo questionamos em que medida as publicações nas áreas de Ciências Sociais e Ciência Política brasileira evidenciam a perspectiva masculinista da ciência. As desigualdades de gênero são uma realidade cada vez mais explícitas nas sociedades contemporâneas. Embora existam “mais mulheres do que homens no mundo – 52% da população mundial é feminina –, [...] os cargos de poder e prestígio são ocupados por homens” (ADICHIE, 2015, p. 20). Às mulheres, historicamente, coube o espaço privado da vida social, submetidas a processos de socialização pautados na dominação masculina e na hierarquização dos gêneros, estabelecida equivocadamente pelas diferenças biológicas entre homens e mulheres (BOURDIEU, 2002).

Muitos são os estudos que discutem a ausência de mulheres em posições e espaços de poder. No campo do poder político, por exemplo, estudos de gênero têm enfatizado a representação descritiva e substantiva de mulheres em contextos democráticos, tendo Pitkin (1967) como referência basilar. A desproporcionalidade entre representantes e representadas, a pouca transposição dos interesses de mulheres para a arena política, e a responsividade de representantes são os aspectos centrais discutidos, especialmente no Brasil (FARIA, 2023; NEVES, 2020). Ainda que com a implementação de incentivos institucionais, como as ações afirmativas, os estudos mostram baixa inclusão de mulheres na política; embora tenha havido aumento de candidaturas femininas, elas não se traduzem em cargos eletivos (ALMEIDA; FRANCO; LEANDRO, 2023; EDUARDO; SOUZA, 2021; HUGHES, 2011).

O mesmo movimento tem sido observado em outros espaços, como o da carreira no ensino superior. As mulheres correspondem a menos de 30% dos pesquisadores no

mundo (ONU, 2018)<sup>5</sup>, não ocupam cargos<sup>6</sup> “relacionados à academia e à ciência [...] de tal forma que se encontram mais mulheres na base da carreira científica brasileira, enquanto no topo, mais homens – o conhecido efeito-tesoura” (CARPES et al., 2022, p. 1). A inclusão de mulheres em espaços acadêmicos tem se limitado ao acesso, sendo a permanência e progressão dificultadas por questões de gênero, dentre elas os papéis sociais e a maternidade (STANISCUASKI et al., 2021; SILVA; RIBEIRO, 2014).

Essa configuração traz efeitos não somente sobre as estruturais sociais e os espaços de liderança, mas sobre a construção teórica nas distintas áreas do conhecimento – que se desenvolve a partir de relações de poder. Sob o discurso da “neutralidade”, escolhas epistemológicas reforçam as desigualdades de gênero na medida em que atendem a predileções teóricas historicamente legitimadas, consideradas base do “conhecimento verdadeiro” (RIBEIRO, 2019), e apagam outras perspectivas, sobretudo aquelas que consideram as subjetividades e as intersecções. As teorias, assim, se consolidam a partir de uma hegemonia masculina e constroem o *mainstream*<sup>7</sup> das áreas do conhecimento, colocando as mulheres e outras minorias em um sub-lugar na produção científica (MATOS, 2011).

Em cada área do conhecimento esses aspectos tendem a ser mais frequentes que em outras. Na Ciência Política, por exemplo, Pateman (1989) já alertava que a teoria política se consolidou em torno de uma perspectiva masculinista, que se mostrava resistente às reflexões de gênero. Biroli (2017) retomou essa discussão afirmando que tanto a Ciência Política quanto a teoria política “se engaja ativamente na exclusão das mulheres – numa normatividade masculinista, androcêntrica e racista – ao apresentar-se como neutra. Isso ocorre por que a “neutralidade” é, de fato, a desconsideração da dominação de gênero como problema político” (BIROLI, 2017, p. 190).

A Sociologia, por sua vez, foi influenciada pelos “*women’s studies*”, estudos feministas americanos que tencionaram as investigações científicas sobre as mulheres,

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/sociais-e-ciencias/human-rights/gender-equality/>. Acesso em: 9 dez.2019.

<sup>6</sup> Neste ano, Denise Pires de Carvalho foi nomeada Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>7</sup> Esse termo se refere ao que é considerado dominante, central ou convencional em um campo do conhecimento em um período específico.

embora se reconheça a influência do pensamento feminista francês sobre os escritos marxistas (KÜCHEMANN; BANDEIRA; ALMEIDA, 2015). Essa influência ocasionou a superação do binarismo que analisava categorias de “sexo”, fundada na perspectiva biológica, vigente até 1960. Após duas décadas as publicações deixaram de ser “sobre a mulher”, “denunciando a situação de subordinação/opressão/dominação a que as mulheres estavam submetidas” (HEILBORN; SORJ, 1999).

De acordo com Küchemann, Bandeira, Almeida (2015), a partir de 1980 se constata uma mudança na utilização do termo “mulher” para a categoria “gênero” enquanto categoria empírico-descritiva, fundando um novo conceito, mas, sobretudo, uma nova área de estudos e pesquisas. Os aspectos que hoje podemos categorizar como intersecções, bem como, a complexidade e diversidade do pensamento feminista -que nunca foi homogêneo- culminou em uma

ausência de uma unidade analítica e metodológica, dada sua pluralidade de enfoque, o que acarretou talvez mais benefícios do que danos, na medida em que articulou, derivou e possibilitou um conjunto de articulações-nominações, tais como: estudo sobre as mulheres, estudos feministas, estudos de gênero, estudos culturais, transversalidade de gênero, políticas públicas de gênero. Todos esses desmembramentos revelam um movimento vigoroso e uma dinâmica impressionante do pensamento feminista brasileiro (KÜCHEMANN; BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 69).

A produção científica sociológica tem abordado as problemáticas inerentes ao gênero de inúmeras formas, e na atualidade, temos um extenso ornamento jurídico internacional e nacional que se sofisticaram com o passar dos anos, e endossam a necessidade de aprofundamento.

Diante do exposto, nosso objetivo é analisar, comparativamente, a desigualdade de gênero nas produções das áreas de Ciências Sociais e Ciência Política brasileira. Nossa expectativa é que essa análise forneça evidências sobre a perspectiva masculinista das publicações científicas, conforme apontado pela literatura.

O artigo está dividido em cinco sessões, depois dessa introdução. Na segunda argumenta-se sobre a questão de gênero que permeia discursos sobre ciência e neutralidade. Na terceira discute-se a perspectiva masculinista; na quarta, apresenta-se

o percurso metodológico adotado no artigo; na quinta, expõe-se os resultados e a discussão; e na sexta as considerações finais.

### **Ciência e neutralidade: uma questão de gênero?**

A história e trajetória de consolidação das diversas áreas de conhecimento e suas respectivas disciplinas acadêmicas é marcada pela predominância de padrões metodológicos replicáveis nos últimos séculos<sup>8</sup>, reproduzem um “modelo metodológico” constituído por meio de uma suposta e questionável “neutralidade da/o pesquisador/a”, oriunda da corrente filosófica positivista. O princípio da replicabilidade, que embasa a “neutralidade”, parte da “crença de que a realidade é mensurável e traduzível em funções explicativas, universais, por um pesquisador neutro, e que somente este tipo de abordagem do real traz conhecimento verdadeiro” (GATTI, 2002, p. 30).

O esforço metodológico de “redução de viés”, ou mero distanciamento do objeto de análise, origina-se em um passado onde não haviam ciências, teorias e métodos específicos para dissertar e explicar a realidade, e, portanto, utilizava-se as ciências da natureza e do “rigor matemático” para a explicação dos fenômenos sociais e políticos. Destaca-se, dentre as demais fontes epistemológicas existentes, a superestima ou preferência por abordagens quantitativas, como no caso da Ciência Política (LEITE; FERES JR., 2021; TASHAKKORI; TEDDLIE, 1998).

Com o amadurecimento de diversos campos teóricos, novas abordagens metodológicas demonstram-se inclinadas a fugir da perspectiva positiva, reforçando abordagens que legitimam a impossibilidade de consolidação da “neutralidade”, e buscam aprofundamento na complexidade dos seus objetos de análise. Max Weber (2006), em seus escritos sobre a “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais, argumenta que até mesmo a ciência – e quem a produz – não pode excluir a intervenção de concepções individuais, como valores, cultura, preferências e ideologia, em seus procedimentos, implícita ou explicitamente.

---

<sup>8</sup> Permeadas por influências do norte global e seu processo eurocêntrico colonizador.

O histórico de consolidação das ciências calcado na “rigoriedade científica” positiva, propagou a “neutralidade” em procedimentos e métodos, bem como difundiu saberes hegemônicos, coloniais, eurocêntricos, evolucionistas, patriarcais e racistas<sup>9</sup>, que naturalizaram as desigualdades em todos os seus aspectos. A desigualdade de gênero também fora ignorada ou naturalizada a partir de argumentos que categorizam temáticas e/ou abordagens relacionadas com o feminino e suas intersecções em um local secundário, lidas como “não neutras”, ou seja, consideradas “menos científicas” por não ocultar as subjetividades da/o pesquisador/a.

Na contemporaneidade “[...] outras perspectivas vêm sendo desenvolvidas [...] dentre elas, destaca-se a interpretativa, para a qual a subjetividade do pesquisador desempenha papel fundamental na análise do fenômeno pesquisado” (RAMALHO; KLEIN; AZEVEDO, 2021, p. 3669). A possibilidade de combinação de diferentes abordagens epistemológicas<sup>10</sup> e métodos também vem sendo difundida, entretanto, Creswell (2009) adverte que utilizar essa combinação requer saber como integrar métodos distintos.

Segundo Pateman (1989), a presunção da neutralidade não se relaciona com questões propriamente de cientificidade, mas com uma organização política liberal que se pauta na subordinação de mulheres para se desenvolver. Nesse sentido, ser “neutro” cientificamente corresponderia a desconsiderar as especificidades de gênero para reproduzir a ordem – masculina – dominante.

O fato é que a “neutralidade científica” oculta subjetividades necessárias à construção do conhecimento. Se de um lado assegurar a igualdade entre mulheres e homens implica transformações sociais, culturais e políticas, de outro, a construção de um conhecimento “verdadeiro”, que considere especificidades da realidade de cada objeto de pesquisa, exige mudanças de perspectiva teórica tanto ou mais necessárias (MATOS, 2011).

---

<sup>9</sup> Os autores Comparato (1997); Flores (2000); Quijano (2005); Ruiz (2014); Gallardo (2014); Bragato (2014); Rubio (2015) entre outros que compõem a Teoria Crítica dos Direitos Humanos, endossam o debate sobre “colonialidade do saber/poder”.

<sup>10</sup> Ramalho, Klein e Azevedo (2021) detalham as diferentes abordagens epistemológicas no uso dos cinco tipos de triangulação.

É nesse sentido que mulheres cientistas têm empreendido esforços para serem reconhecidas no âmbito acadêmico. O movimento *Parent In Science*<sup>11</sup> (PiS), criado em 2016, promove “discussões acerca do impacto da parentalidade na carreira das cientistas no Brasil. Entre as primeiras ações do PiS está a criação da campanha *#maternidadenolattes*, na busca por um campo para sinalizar os períodos de licença-maternidade no currículo Lattes” (STANISCUASKI et al., 2022, p. 2).

Com a participação de cientistas políticas da América Latina, há um movimento de resistência, visibilidade e afirmação da importância das mulheres na ciência, em especial Ciência Política: trata-se do movimento *Elas También Sabem*, e *No Sin Mujeres*<sup>12</sup>, que reivindica que em eventos, publicações e notícias de divulgação científica estejam contempladas as mulheres cientistas e, tão importante quanto, a perspectiva feminista da ciência (FREIDENBERG, 2018).

### **A perspectiva masculinista**

Entendemos perspectiva masculinista como a abordagem teórico-metodológica que invisibiliza as mulheres na produção e circulação do conhecimento no mundo acadêmico, bem como as exclui, e/ou inclui de modo desigual. Essa perspectiva, que muitas vezes é simbólica, centraliza teorias masculinas e “não tematizam as relações de gênero” (BIROLI, 2017, p. 186), colocando produções femininas em um sub-lugar – de tal forma que conceitos escritos por mulheres são menos frequentemente tidos como fundamentais em uma área do conhecimento.

A perspectiva masculinista parte da compreensão da categoria “Mulher” nos estudos acadêmicos. Existe uma diversidade não aparente nesta categoria, o que abarca uma gama de especificidades. O conceito de “interseccionalidade” contempla essa “diversidade, analisando as condições estruturais que perpassam a identidade de uma pessoa que não pode se abster das suas marcações (gênero, raça, classe social, deficiências, identidade de gênero, e, etc), mesmo que nem todas, contextualmente, sejam explícitas” (AKOTIRENE, 2019, p. 43-44).

---

<sup>11</sup> Acesse em <https://www.parentinscience.com/>.

<sup>12</sup> Acesse em <https://www.nosinmujeres.com/politologas/>.

Deste modo, ainda que existam avanços na inserção das mulheres nos espaços públicos, na academia e na produção científica, as mulheres representam menos de 30% dos pesquisadores do mundo (ONU, 2018). Essa desigualdade, embora menos aparente ou simbólica, permanece implícita e interfere na configuração dos programas de pós-graduação. Perlin et al. (2017) analisaram a quantidade e alcance das publicações brasileiras a partir da plataforma Lattes:

[...] the finding that male researchers outperform their female counterparts in quantity of papers published (Abramo et al., 2015; Rorstad & Aksnes, 2015). However, the role gender plays on research is not that clear-cut. While males surpass females in terms of quantity (number of publications), research impact (as measured by the SJR and Qualis) is not significantly affected by a researcher's gender (PERLIN et al., 2017, p. 28).<sup>13</sup>

Perlin et al. (2017) endossam a existência de diferenças quantitativas na academia e produção científica relacionadas ao gênero, bem como apresentam evidências da necessidade de aprofundamento nas análises relativas à desigualdade de gênero, pois existem questões ainda não estudadas sobre este aspecto em todas as áreas do conhecimento e suas especificidades.

A pesquisadora feminista, primeira mulher a integrar o cargo de presidência da Associação Internacional de Ciência Política, Carole Pateman (1989), destacava em suas obras como a Ciência Política e a teoria política consolidaram-se a partir de uma perspectiva masculinista resistente às reflexões de gênero. Tal debate decorre da constatação de que “a produção e a circulação do conhecimento no mundo acadêmico têm sido marcadas pela exclusão e pela inclusão desigual das mulheres” (BIROLI, 2017, p.174).

[...] têm uma conformação de gênero, embora nem sempre isso tenha sido tematizado. A predominância masculina entre os que são reconhecidos por fazer ciência e por fazer política, ocupando os espaços mais valorizados do mundo científico e do mundo político, pôde apresentar-se como neutra até que se ampliasse o alcance da crítica feminista (BIROLI, 2020, p.19).

<sup>13</sup> [...] a constatação de que os pesquisadores do sexo masculino superam os do sexo feminino em quantidade de artigos publicados (Abramo et al., 2015; Rorstad & Aksnes, 2015). Contudo, o papel que o gênero desempenha na investigação não é tão claro. Embora os homens superem as mulheres em termos de quantidade (número de publicações), o impacto da pesquisa (medido pelo SJR e Qualis) não é significativamente afetado pelo gênero do pesquisador (PERLIN et al., 2017, p. 28). Tradução livre.



Embora possam argumentar que se trata, exclusivamente, da adoção de uma perspectiva “ortodoxa”, e/ou de mera preferência metodológica na seleção e adoção de seus procedimentos, é possível identificar contra-argumentos sólidos a tais posicionamentos com base nos estudos sobre colonialismo e decolonialismo do saber e do poder.

Ainda que as desigualdades permanecem subjacentes à inserção e à produção científica das mulheres, estas vêm, paulatinamente, ocupando o espaço acadêmico. Conforme Leta (2003), e segundo o Relatório da ONU Mulheres, houve uma “intensa participação das mulheres no sistema educacional – enquanto alunas e trabalhadoras (docentes ou não)” nos últimos anos (ONU, 2011, p. 430), aproximando o debate teórico de discussões palpáveis relativas às mulheres e às minorias.

Esse contexto coloca uma problemática latente. Segundo Leite e Feres Jr. (2021), existe na Ciência Política brasileira um Índice de Cientificidade Ortodoxa (ICO), que determina o valor dos periódicos, os padrões de cientificidade, e operam no campo como um princípio de divisão, estruturado de modo privilegiado, favorecendo uma elite que já adota práticas mais ortodoxas (LEITE; FERES JR., 2021, p. 41). Não se tratando de uma exclusividade da Ciência Política, vale destacar que instituições de fomento à pesquisa valem-se de parâmetros que reforçam essa concepção cientificista na área, como o próprio Qualis periódicos, para distribuírem recursos. Flávia Biroli (2017, p. 177) adverte que “a teoria política é teoria de gênero, ainda que nenhuma palavra seja dita sobre o assunto”.

A “perspectiva masculinista” importa nesta análise, para as Ciências Sociais e suas respectivas publicações, porque não podemos continuar ignorando a ausência de mulheres pertencentes a grupos minoritários (representação descritiva, representação substantiva e/ou interseccional) nos espaços de poder, pois esta naturalização das desigualdades de gênero oculta a sobre-representação de grupos hegemônicos, e invisibiliza questões importantes tratadas teórica e empiricamente por mulheres, que permanecem sub-representadas.

Teorias e métodos que prezam por uma suposta neutralidade, e optam por se distanciar de abordagens que contemplam interseções – questões étnico-raciais,

gênero, identidades/subjetividades –, tem seu caráter científico questionado, consolidam a perspectiva masculinista que insiste em desconsiderar a dominação de gênero como problema político.

## Método

O método adotado no artigo foi a bibliometria, que consiste na utilização de técnicas estatísticas para a mensuração e compreensão da produção científica e de sua estrutura bibliográfica (HAYASHI, 2012; SANGALLI; KAUCHAKJE, 2020). Originária do campo da biblioteconomia e dos estudos da informação, permite avaliar “aspectos internos às unidades bibliográficas” (CLEMENTE, 2022, p. 81) de forma a organizar e classificar a literatura de uma área do conhecimento, com foco nas relações teóricas estabelecidas.

Estudos bibliométricos são fundamentalmente quantitativos, embora permitam interpretações qualitativas (SANGALLI; KAUCHAKJE, 2020), e analisam a distribuição da literatura com base em “grandes quantidades de metadados bibliográficos a partir de ferramentas estatísticas” (CLEMENTE et.al, 2021, p. 2), tendo como objeto de análise documentos científicos publicados em bases de indexação. Tais documentos são acessados através da aplicação de protocolos de busca previamente informados e justificados.

A primeira etapa de um estudo bibliométrico é a fase da busca, que foi realizada em 04 de maio de 2024 na base de indexação de periódicos acadêmicos *Scientific Electronic Library Online Citation Index - SciELO Citation Index (Web of Science)*. A escolha da base justifica-se pelo foco geográfico que ela apresenta, dando visibilidade a estudos da América Latina, Portugal, Espanha e África do Sul, em geral invisibilizados em outras bases de cobertura internacional (KAUCHAKJE; ROSA, 2020).

A busca ocorre através da aplicação de uma string, que consiste em uma “fórmula textual” baseada na lógica booleana. Em geral, em uma string são aplicados termos de busca, também entendidos como palavras-chave, representativos do tema que se pretende analisar em uma ou mais áreas do conhecimento. No caso deste artigo, uma vez que o foco de análise é a perspectiva de gênero em duas áreas do conhecimento, e

não uma teoria específica, optou-se por utilizar a estratégia de *busca por data de publicação* (DPO). Nessa estratégia, a string é composta por datas, sendo que a base retorna o total de publicações no período estipulado.

Para esta pesquisa foi considerada a data de início da base *SciELO*, nos anos 2000, e o ano mais recente, 2024. A aplicação da string consistiu em: *DOP= (2000-01-01/2024-04-30)*. Os resultados iniciais (um total de 993,671 documentos) foram refinados a partir de filtros de busca, utilizados para direcionar a seleção dos documentos a serem analisados: tipo de documento, sendo selecionados apenas os *artigos* acadêmicos (784,630 artigos), que consistem na principal forma de comunicação científica atual; área do conhecimento<sup>14</sup>, selecionando *Sociologia* (24,572 artigos) e *Ciência Política* (10,650 artigos) por se tratarem de áreas que podem ser consideradas ortodoxas (LEITE; FERES JR., 2021), cujos autores de teorias consideradas fundamentais são homens, e que carecem de mudanças teóricas relacionadas a gênero por serem fundamentalmente masculinas (MATOS, 2011; FREIDENBERG, 2018; FREIDENBERG; CAO, 2021); e *país* (1,976 artigos na *Ciência Política*, e 10, 755 na *Sociologia*) para trazer a especificidade da perspectiva masculinista na ciência brasileira. Apesar de selecionar as áreas de interesse, a base tende a continuar mostrando artigos de áreas correlatas; por isso, optou-se por fazer uma segunda seleção por área do conhecimento, excluindo as áreas que não fossem de interesse, embora estivessem a elas relacionadas. Esse processo resultou no total de 852 artigos na *Ciência Política*, e 9,422 na *Sociologia*.

Foram analisadas um total de 1852 publicações somadas as áreas, sendo 852 da *Ciência Política*, e uma amostra<sup>15</sup> de 1000 da *Sociologia*.

Os resultados da busca foram ordenados por citação<sup>16</sup> e submetidos a dois tipos de análise bibliométrica: descritiva, que mede aspectos gerais das publicações, e

---

<sup>14</sup> Vale destacar que a seleção por áreas do conhecimento foi realizada em duas etapas: primeiro, selecionando a área de interesse (*Sociologia* e *Ciência Política*); depois, excluindo as áreas que não fossem as de interesse, mas que apareciam a elas relacionadas. Tal estratégia se justifica pelo fato de a base apresentar textos de outras áreas que tenham proximidade com a principal, o que poderia enviesar as análises.

<sup>15</sup> O uso da amostra se deve ao fato de a base de dados *SciELO* não suportar o download do número total de dados, de 9 mil artigos. Por isso, há uma limitação imposta pela base que só permite o download de até 1.000 documentos. Apesar disso, as análises não foram prejudicadas. Considerando a ordenação dos resultados por citação, importam para a análise os documentos mais citados, que estarão no topo da lista.

<sup>16</sup> Os artigos foram organizados em uma lista ordenada a partir do artigo mais citado para o menos citado.

relacional, cujo foco está na relação entre elementos bibliográficos e teóricos (HAYASHI, 2012). Para as análises descritivas foram considerados os indicadores das características das publicações, tais como número de publicações por ano, e a identificação de autoria por gênero. Para as relacionais, utilizou-se a coocorrência de termos para identificar proximidades e distanciamentos teóricos através da “conexão entre termos e expressões escritas [...] a presunção nesse caso é a de que palavras em comum dos artigos refletem recortes temáticos e objetos de estudos partilhados” (CLEMENTE, 2021, p. 4). Segundo Sangalli e Kauchakje (2020, p. 92), “sua utilidade principal é identificar a dinâmica de relação ou organização da literatura em grupos temáticos e encontrar conceitos centrais”. Tais análises permitem traçar uma estrutura teórica da área e observar sua organização considerando a perspectiva de gênero (Quadro 1).

**Quadro 1 – Indicadores utilizados nas análises bibliométricas por tipo de análise**

Tipo de análise	Indicador	Medida
Descritiva	Gênero	Número de autoras e de autores
	Publicações	Número de publicações em coautoria Número de publicações por ano e área
Relacional	Termos	Frequência de termos nos campos “título”, “resumo” e “palavras-chave” do artigo

Fonte: elaboração das autoras.

Como ferramenta de análise foi utilizado o *software Vosviewer*, que produz gráficos de rede focados em dados bibliométricos e possibilitam a visualização dos dados quantitativos levantados e sua interpretação qualitativa.

### Notas sobre o uso do método no contexto da pesquisa

No caso desta pesquisa, o uso do método bibliométrico teve caráter exploratório e descritivo e justifica-se por permitir análises das relações teóricas, dificilmente captadas a partir de outras estratégias.

Ao utilizar a bibliometria, no entanto, reconhecemos que essa metodologia não “reduz o viés”, tal como os autores que não realizam estudos sobre decolonialidade na

produção e circulação de conhecimento científico enfatizam. Pelo contrário, a bibliometria quantifica publicações, autorias, e citações de determinado campo e área do conhecimento partindo, inclusive, de perspectivas enviesadas; mas esse viés não se relaciona às preferências individuais de quem pesquisa, e sim à estrutura da Ciência, que possui desigualdades geográficas, socioeconômicas, e de financiamento de pesquisas.

Nas Ciências Sociais esse método vem sendo utilizado como uma técnica para o mapeamento do campo científico ou literatura em análise. No caso deste artigo, nos valem da ortodoxia quantitativa supervalorizada no campo para, a partir de evidências da configuração e estrutura dos campos do conhecimento, expor a ausência de “neutralidade” em uma abordagem supostamente neutra, demonstrando que na Sociologia e na Ciência Política há a predominância de um número maior de autores homens – e isso pode trazer consequências sobre como a construção teórico-conceitual ocorre.

A escolha por essa metodologia foi consciente, e a partir dos resultados, com responsabilidade, reconhecemos que as preferências metodológicas das/os pesquisadoras/es nas Ciências Sociais ao adotar um método em suas pesquisas podem continuar reproduzindo a lógica da perspectiva masculinista. Neste estudo, consideramos um “mal necessário” para demonstrar evidências da perspectiva masculinista a partir de uma linguagem valorizada e com abordagem reconhecida na área.

Tais constatações nos levam a recomendar que a utilização da bibliometria seja consciente, crítica e complementada com outros procedimentos metodológicos, para que as questões de gênero não sejam secundarizadas, ou que os autores e instituições do norte global não sejam supervalorizados em detrimento dos autores da América Latina e das discussões que concernem às intersecções e subjetividades femininas. Por isso, inclusive, a opção da pesquisa na base SciELO e o recorte geográfico para o Brasil.

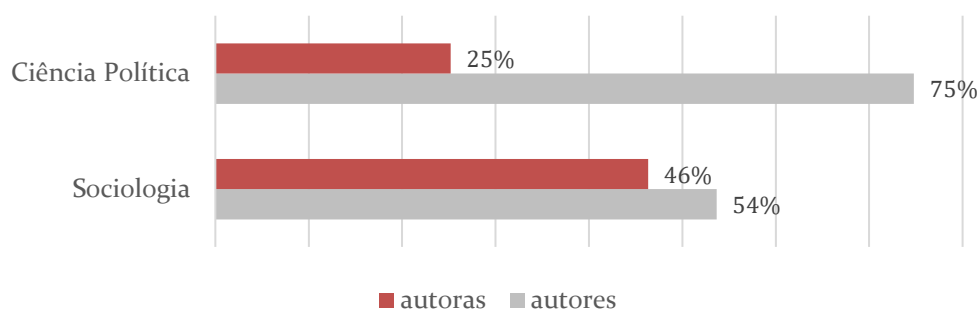
## **Resultados e discussão**

Há uma distinção significativa em como o campo das Ciências Sociais (aqui representado pela Sociologia) e da Ciência Política incluem mulheres.

Analizamos a perspectiva de gênero em dois sentidos: a partir da autoria dos artigos (Gráfico 1), e de sua publicação (Gráfico 2). A análise de autoria considerou o total de autoras e autores identificados em cada área. Na análise das publicações o foco foram os artigos, de forma a demonstrar o percentual de artigos escritos apenas por mulheres (individualmente e em coautoria com mulheres), apenas por homens (individualmente e em coautoria com homens) e em coautoria (publicações escritas conjuntamente por mulheres e homens).

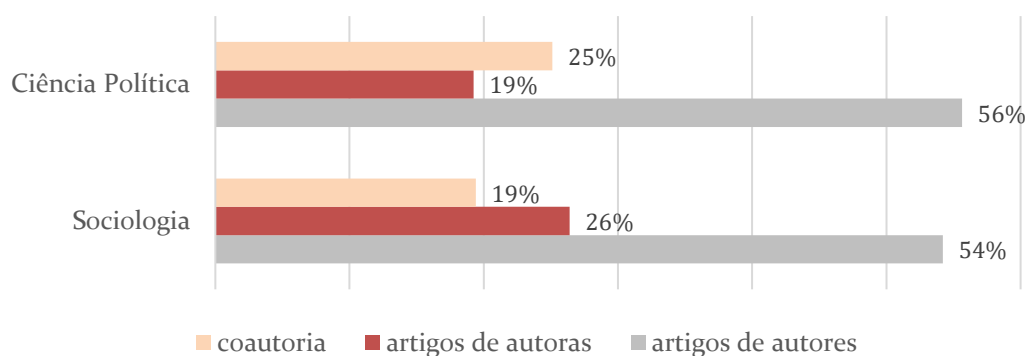
Os dados mostraram uma baixa representatividade de autoras na Ciência Política, e um equilíbrio maior entre autoras e autores no campo da Sociologia, embora as publicações tenham sido predominantemente masculinas nas duas áreas.

**Gráfico 1 – Autoria de artigos acadêmicos publicados na base Scielo Citation Index (Web of Science) por gênero nas áreas de Sociologia e Ciência Política**



Fonte: elaboração das autoras com base em dados da base Scielo Citation Index (Web of Science).

**Gráfico 2 – Artigos publicados na base Scielo Citation Index (Web of Science) por gênero nas áreas de Sociologia e Ciência Política**



Fonte: elaboração das autoras com base em dados da base Scielo Citation Index (Web of Science).

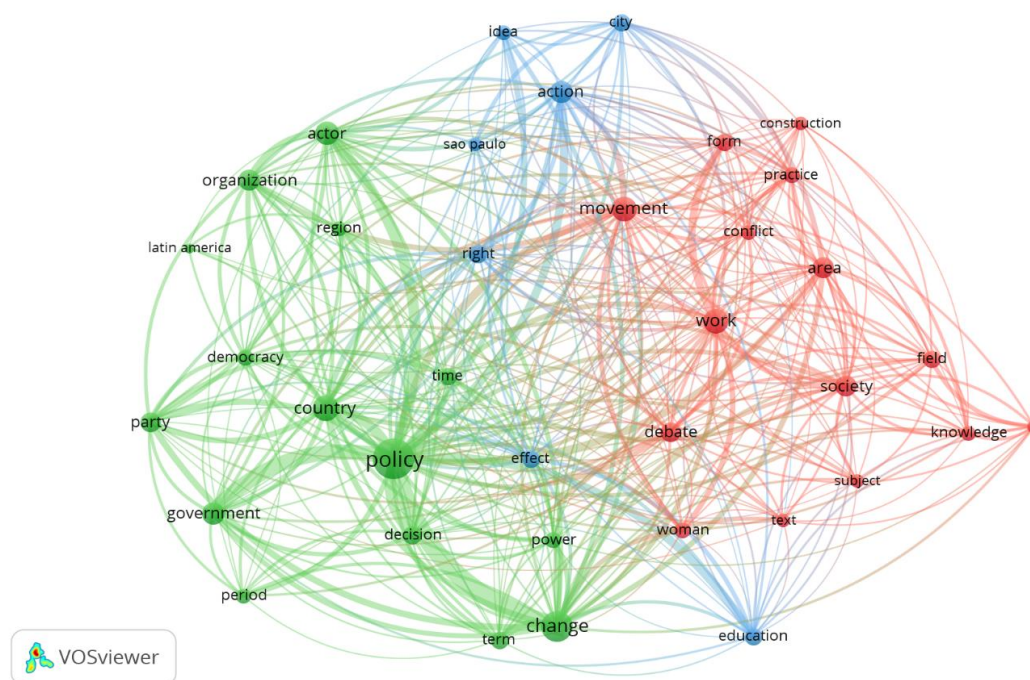
Em ambas as áreas houve predomínio masculino tanto na autoria quanto no número de publicações, entretanto, a Ciência Política se destacou pelo menor número de artigos publicados por mulheres (19%), e o maior número de autores homens (75% dos autores analisados).

Ao observar especificamente os dados de coautoria, nota-se uma correspondência: a mesma área com o menor número de publicações de mulheres foi a que teve mais artigos em coautoria publicados. Esses dados demonstram a dificuldade de publicação de artigos quando eles são escritos exclusivamente por mulheres, sobretudo em áreas como a Ciência Política, marcadas por uma profunda masculinização (FREIDENBERG; CAO, 2021).

No caso da Sociologia, notou-se um equilíbrio maior entre autoras e autores. Por outro lado, as publicações seguiram o mesmo padrão: apenas 26% da amostra de artigos analisada eram de mulheres. O equilíbrio pode ser explicado pelo contexto da área disciplinar. Desde 1980 a Sociologia aborda as questões de gênero enquanto categoria empírico-descritiva, e isso reverbera nos desmembramentos de seus estudos. Em ambos os casos, a publicação de mulheres ocupar sub-lugares, além de evidenciar a perspectiva masculinista, diz respeito às barreiras sociais encontradas por mulheres em sua trajetória, sobretudo relacionadas aos seus papéis sociais – tanto familiares quanto profissionais – e ao preconceito (SILVA; RIBEIRO, 2014).

Quanto ao teor/conteúdo das publicações de autoria de mulheres, notou-se três perspectivas: uma que trata de questões relativas à política (cluster verde), outra focada em direitos (cluster azul) e uma terceira que tem como discussão central o termo trabalho (cluster vermelho) (Figura 1).

**Figura 1 – Visualização da rede de coocorrência de palavras-chave entre artigos escritos por mulheres das áreas de Sociologia e Ciência Política indexados na base Scielo Citation Index (Web of Science)<sup>17</sup>**



Legenda: Quanto maior o nó de uma rede, maior a força do termo. Cores iguais formam um cluster e indicam proximidade entre os termos. Clusters próximos apontam para proximidades teóricas de ocorrência. Linhas espessas indicam maior força de associação entre os termos.

Fonte: elaboração das autoras a partir da base Scielo Citation Index (Web of Science).

As questões relativas à política se referem à sub-representação das mulheres nos espaços de poder, o que inclui políticas afirmativas – tais como as cotas para candidatura de mulheres e a distribuição paritária de recursos partidários, os processos decisórios, a elaboração de proposições legislativas e demais questões inerentes às democracias, portanto, mais relacionadas ao que trata a Ciência Política. Destaca-se no cluster verde a relação entre *política, governo e mudança*, questões de pauta dos interesses femininos e feministas no país.

O cluster azul exhibe os termos *direitos, ações, cidade, São Paulo, educação e ideias*, ilustrando o debate sobre a garantia de direitos e a elaboração e acesso a políticas

<sup>17</sup> A rede formou 4 clusters compostos por 44 termos em relação. Método de normalização: força de associação. Tipo de análise: co-ocorrência; unidade de análise: Title and abstract fields; mínimo de vezes citada: 40.

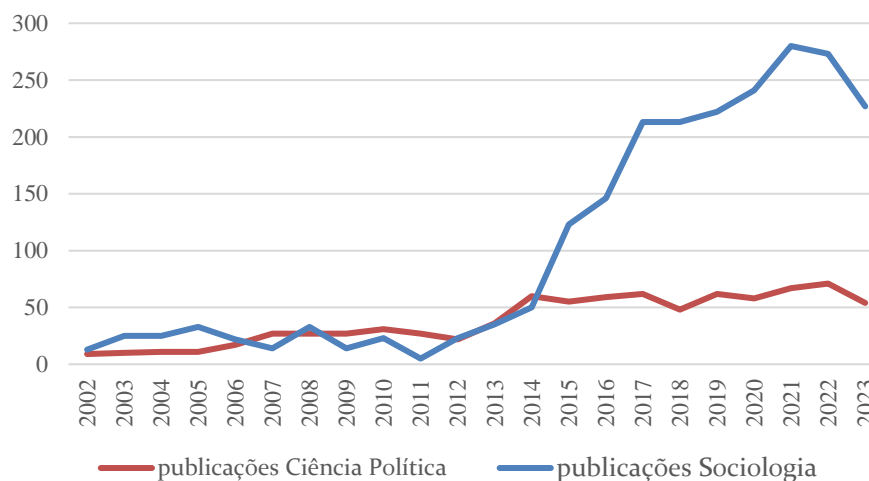


públicas nas cidades. Discussões sobre *trabalho, sociedade e subjetividade*, evidenciadas no cluster vermelho, referem-se aos debates sobre as desigualdades de gênero no ambiente de trabalho, a inserção das mulheres no mercado, suas subjetividades no contexto social, e os conflitos e/ou violências contra as mulheres. Tanto neste quanto no cluster azul, o debate teórico se aproxima da Sociologia, abordando temáticas ampliadas dos fenômenos sociais que afetam as mulheres.

Segundo Neves (2020, p. 82-83), na Ciência Política 64% das pesquisadoras que escrevem sobre “representação política” são mulheres. Esses estudos utilizam metodologias mistas, isto é, combinam métodos quantitativos e qualitativos. O recorte “gênero” contempla temáticas relativas à sub-representação das mulheres na política, cota para candidatura de mulheres e desigualdades de gênero como questões permeáveis às democracias. Corroborando Neves (2020), os dados mostraram que publicações de autoria de mulheres estão relacionadas à fenômenos sociais e políticos relativos à vivência da sua categoria (Mulher), retratando problemas enfrentados cotidianamente e a busca pela garantia de direitos e representatividade institucional.

As publicações nas áreas de Sociologia e Ciência Política analisadas, indexadas na base *Scielo Citation Index (Web of Science)* demonstraram um aumento significativo ao longo dos anos (Gráfico 4). Até o ano de 2013 o número de publicações foi similar entre as áreas, mas a partir de 2014 observa-se um “boom”, a partir do qual a Sociologia (com o marco de 123 publicações) se sobrepõe à Ciência Política (55 publicações).

**Gráfico 3 – Publicações nas áreas de Sociologia e Ciência Política por ano na base de indexação Scielo Citation Index (Web of Science) (2002-2023)**

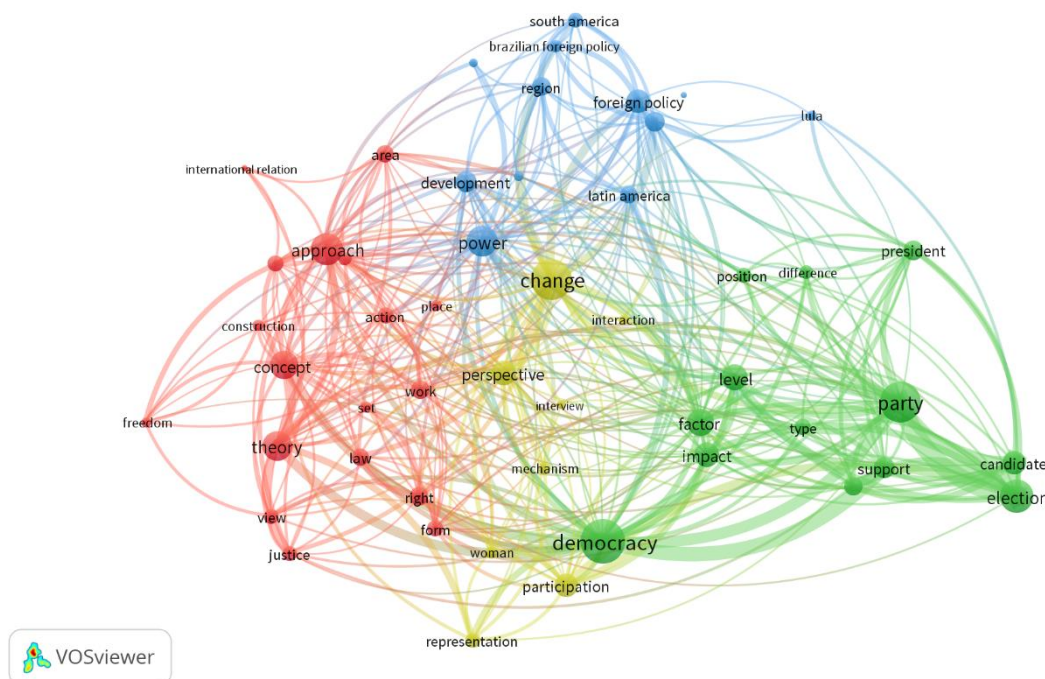


Fonte: elaboração das autoras.

A diferença no número de publicações entre as áreas se manteve a partir de 2015. Nota-se uma estabilidade no caso da Ciência Política, enquanto a área de Sociologia não apresentou quedas, com exceção do ano de 2023. Em grande medida, a distribuição das publicações por ano vai ao encontro da trajetória destas disciplinas, sendo a Ciência Política não apenas mais recente do que a Sociologia, como também o número de cursos de graduação e pós-graduação é relativamente menor.

A coocorrência de termos apontou para a mesma direção. Notou-se que publicações da Ciência Política estão concentradas em termos específicos (Figura 2), enquanto na Sociologia há uma variedade maior de temáticas estudadas (Figura 3). Isso é esperado na medida em que a primeira área se atém a questões mais relacionadas ao poder e aos sistemas político, partidário e eleitoral, e a segunda trata de temáticas mais amplas que envolvem toda a dinâmica social.

**Figura 2 – Visualização da rede de coocorrência de palavras-chave entre artigos da área de Ciência Política indexados na base *Scielo Citation Index (Web of Science)*<sup>18</sup>**



Legenda: Quanto maior o nó de uma rede, maior a força do termo. Cores iguais formam um cluster e indicam proximidade entre os termos. Clusters próximos apontam para proximidades teóricas de ocorrência. Linhas espessas indicam maior força de associação entre os termos.  
Fonte: elaboração das autoras a partir da base Scielo Citation Index (Web of Science).

Em relação ao gênero, diferenças podem ser evidenciadas segundo a rede de coocorrência de termos: na Ciência Política (Figura 2), o termo *mulher* apareceu no cluster amarelo junto aos termos *participação*, *representação*, *mecanismo*, *perspectiva*, *interação* e *mudança* (que é o termo mais forte do cluster), e em interseção/proximidade ao termo *democracia*, que é não somente o termo mais forte do seu cluster (verde) como também de toda a rede. Esse cluster ilustra a perspectiva dos incentivos institucionais e a luta por ampliação de participação feminina discutidos no campo.

Quanto ao teor das publicações da rede de coocorrência de palavras-chave entre artigos da área de Ciência Política indexados na base *Scielo Citation Index (Web of*

<sup>18</sup> A rede formou 4 clusters compostos por 51 termos em relação. Método de normalização: força de associação. Tipo de análise: co-occurrence; unidade de análise: Title and abstract fields; mínimo de vezes citada: 30

*Science*), verifica-se outros três clusters: um que trata de questões relativas à democracia, partidos, candidaturas e eleições (cluster verde), outro focado em poder e dimensões regionais, marcados pelos termos *América Latina*, *América do Sul*, *região* (cluster azul), um outro que tem como discussão central teorias, sistema de justiça, direitos, constituição, trabalho (cluster vermelho).

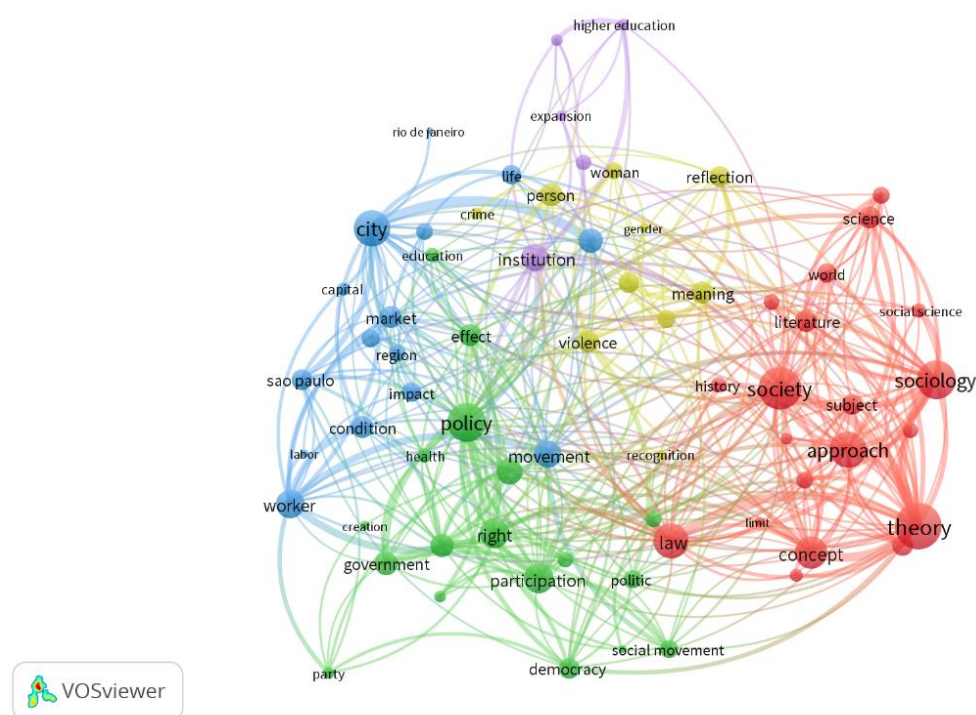
Em consonância à Neves (2020), as publicações da Ciência Política demonstraram-se relacionadas à democracia e instituições políticas, contemplam a categoria de análise “mulher”, porém desconsiderando aspectos subjetivos, uma vez que não se aprofunda sobre as especificidades das desigualdades de gênero em distintos universos de análise – no processo decisório, no mercado de trabalho, nas ciências, e etc. Ainda que mudanças institucionais e sociais relativas à gênero sejam observadas na sociedade, não se traduzem nos construtos teóricos, que permanecem masculinos (MATOS, 2011).

Na Sociologia, não apenas o termo *mulher* é mencionado, mas também *gênero*, junto à *violência*, *crime*, *decisão* e *reflexão* (Figura 3). Isso indica que as áreas se ocupam de discussões em perspectivas distintas<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> O fato de o termo “gênero” não ter aparecido na rede da Ciência Política não significa que essa área do conhecimento não aborde a temática, mas que dá a ela menor centralidade.

**Figura 3 - Visualização da rede de coocorrência de palavras-chave entre artigos da área de Sociologia indexados na base Scielo Citation Index (Web of Science)<sup>20</sup>**



Legenda: Quanto maior o nó de uma rede, maior a força do termo. Cores iguais formam um cluster e indicam proximidade entre os termos. Clusters próximos apontam para proximidades teóricas de ocorrência. Linhas espessas indicam maior força de associação entre os termos.

Fonte: elaboração das autoras a partir da base Scielo Citation Index (Web of Science).

A Sociologia contemplou uma extensão maior de temáticas relacionadas a intersecções e identidades, provavelmente em função da sua preferência metodológica qualitativa, e por não desconsiderar o caráter científico das subjetividades. Deste modo, dá mais espaço para as individualidades, sem descartá-las por supostamente “não serem científicas”.

A história e tradição teórico-metodológica da Ciência Política, por sua vez, em função da busca pela cientificidade ortodoxa, característica da área, tendeu a desconsiderar identidades e subjetividades, tratando com menor frequência essas questões (LEITE; FERES JR., 2021). A desconsideração das individualidades em nome da

<sup>20</sup> A rede formou 4 clusters compostos por 68 termos em relação. Método de normalização: força de associação. Tipo de análise: co-ocurrence; unidade de análise: Title and abstract fields; mínimo de vezes citada: 30

generalização científica, “neutra”, contribui para a reprodução da perspectiva masculinista (FREIDENBERG; CAO, 2021).

Cabe ressaltar que a universalidade das políticas públicas, e o tratamento da categoria *mulher* sem o detalhamento das identidades e/ou realidades, “ignora as especificidades/subjetividades das mulheres enquanto uma ampla categoria de análise” (AKOTIRENE, 2019, p. 59-60), o que reforça a perspectiva masculinista no campo científico.

### **Considerações finais**

A perspectiva masculinista na produção científica corresponde ao processo pelo qual mulheres são invisilizadas, excluídas ou incluídas de forma desigual na produção e circulação do conhecimento no mundo acadêmico. O artigo discutiu como publicações no campo da Sociologia e Ciência Política brasileira evidenciam tal perspectiva da desigualdade de gênero, conforme apontado pela literatura, tendo em vista fomentar o debate sobre as desigualdades acadêmicas, especialmente nas áreas de Sociologia e Ciência Política.

Foram encontradas duas evidências centrais da perspectiva masculinista nas áreas da Sociologia e Ciência Política: i) a desigual proporção de homens e mulheres tanto na autoria quanto na publicação de artigos acadêmicos; ii) o assunto das publicações em termos de discussão conceitual.

Sobre a primeira evidência, os dados mostraram que as mulheres possuem menos publicações individuais e com outras mulheres comparativamente às publicações de homens (tanto individuais quanto em coautoria com outros homens), bem como são em menor número de autoras em ambas as áreas – sendo que a Ciência Política é mais desigual e a Sociologia é mais equilibrada nesse aspecto.

Em relação a segunda evidência, os dados mostraram que publicações de autoria de mulheres abordam temáticas sociais e políticas correlacionadas à vivência da sua categoria (gênero). Isto é, enquanto publicações masculinas discutem o *mainstream* e centram-se no avanço teórico-conceitual, as femininas retratam estudos que tratam mais ou menos diretamente as desigualdades socioeconômicas e políticas que incidem

sobremaneira sobre mulheres (considerando suas diferenças), e também abordam direitos e representatividade institucional.

A Teoria da Representação Descritiva, e a Teoria Política da Presença, presentes na temática da representação política no interior da Ciência Política, podem indicar o caminho para combater a perspectiva masculinista de ambas às áreas, reforçando a importância da inclusão de temáticas de integrantes dos grupos minoritários nos programas de pós-graduação, trazendo para as universidades olhares distintos sobre suas realidades e necessidades, abordando suas respectivas intersecções e identidades.

Os resultados apresentados neste artigo apontam os desafios das pesquisadoras mulheres em suas respectivas áreas de conhecimento. As análises indicam como marcações de gênero, raça, classe social, deficiências, identidade de gênero, e, etc., podem ser estudadas a partir da combinação de métodos, com o objetivo de complementaridade, a fim de, reduzir um apagamento simbólico que resulta em exclusões concretas.

O debate acadêmico e, ao mesmo tempo, o desafio à perspectiva masculinista na ciência, tem avançado com pesquisas sobre como e se mulheres pesquisadoras, docentes dos programas de pós-graduação, que possuem uma história e trajetória acadêmica consolidadas, possuem real condição de igualdade ao cumprir os requisitos da academia – pautados na “neutralidade” e no mérito individual.

Este artigo pode contribuir com este debate, e dando continuidade, pretendemos em trabalhos futuros, investigar a possível relação entre a desigualdade de gênero e as preferências metodológicas e temáticas das cientistas, em particular, nas áreas da Sociologia e da Ciência Política.

## Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos Todos Feministas**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro. Coleção Feminismos Plurais/Coordenação de Djamilla Ribeiro, 2019.

ALMEIDA, Patrícia S.; FRANCO, Geissa C.; LEANDRO, Breno P. **O Acesso De Candidatas E A Representação De Mulheres No Legislativo Municipal Da Região Metropolitana De Curitiba**. Rev. Leg. Pr., Curitiba, n. 7, p. 156-178. 2023.

BIROLI, Flávia. **Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**. Organização: Flávia Biroli [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

BIROLI, Flávia. **Teorias feministas da política, empiria e normatividade**. Lua Nova, n. 102, p. 173-210. 2017.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 160p. 2002.

CARPES, Pâmela B. M.; STANISCUASKI, Fernanda; OLIVEIRA, Leticia; SOLETTI, Rossana C. **Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, 31(2): e2022354. 2022.

CLEMENTE, Augusto J; PERINI, Márcia, R.C; SANTOS, Daniela, A.C; MARTINEZ, Iris, N; ROSA, Caroline.S; GAVRON, Thiago, M. **Smart cities: uma revisão de escopo no campo das ciências sociais (2015-2020)**. BIB, São Paulo, n. 96, pp. 1-28. 2021.

CLEMENTE, Augusto Junior. **Cientometria: por que o analista de políticas públicas deveria conhecê-la e usá-la**. In: Fernandes, Ivan Filipe (organizador). Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências. Boa Vista: Editora IOLE. 2022.

CRESWELL, John. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks: Sage, 2009.

EDUARDO, Maria Cecília; SOUZA, Juliana Inez Luiz de. **Quando o pouco não chega a muitas: análise inicial da distribuição dos recursos públicos de campanha para a câmara dos deputados em 2018 no Brasil**. Ex æquo, n. 44, p. 39-56. 2021.

FARIA, Alessandra. M. T. de. **Hanna Pitkin's Contributions to the Debate on the Relationship between State, Society and Inequalities in Brazil**. In SciELO Preprints. 2023.

FREIDENBERG, Flavia. **“Ellas también saben”: estereótipos de género, resistencias a la inclusión y estrategias para feminizar la política**. Pluralidad y Consenso, Revista del Senado de la República, 8 (122-137). 2018.

FREIDENBERG, Flavia; CAO, Julieta S. **Creando redes de mujeres en una disciplina masculinizada: el caso de la Red de Politólogas**. Revista Latinoamericana, v. 20, n. 59, p. 147-164. 2021.



GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Editora Plano, 2002.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. **Sociologia da ciência, Bibliometria e Cientometria: contribuições para a análise da produção científica**. In: Anais do Seminário de Epistemologia e Teorias da Educação, 4, 2012, São Paulo: UNICAMP. 2012.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. **Estudos de Gênero no Brasil**. In: Micelli, Sergio (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Editora Sumaré; Brasília: Anpocs. 1999.

HUGHES, Melanie M. **Intersectionality, quotas, and minority women's political representation worldwide**. American Political Science Review, v. 105, n. 3, p. 604-620. 2011.

KAUCHAKJE, Samira; ROSA, Maria A. **Revisão Sistemática da Literatura: como fazer?** v. 1. Curitiba: Editora UTP, 2020.

KÜCHEMANN, Berlindes. A; BANDEIRA, Lourdes. M; ALMEIDA, Tânia. M. C. **A categoria gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade**. Revista Do CEAM, 3(1). 2015.

LEITE, Fernando; FERES JR, João. **A Ciência na Ciência Política brasileira**. Harvard Dataverse, v1. 2021.

LETA, Jaqueline. **As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso**. Estudos Avançados, 17(49), 271-284. 2003.

MATOS, Marlise. **A sub-representação política das mulheres na chave de sua subteorização na Ciência Política**. In: PAIVA, Denise (Org.). Mulheres, política e poder. 1 ed. Goiânia: Cãnone Editoração, p. 9-52. 2011.

NEVES, Aline do Rocio. **Representação política e direitos humanos das mulheres: o voto das parlamentares no congresso brasileiro entre os anos de 2003-2019**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. 2020.

ONU. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres. 2011.

PATEMAN, Carole. **The disorder of women: democracy, feminism and political theory**. Stanford, Stanford University Press. 1989.

PERLIN, Marcelo S.; SANTOS, Andre; IMASATO, Takeyoshi.; BORENSTEIN, Denis.; DA SILVA, Sergio. **The Brazilian scientific output published in journals: A study**

**based on a large CV database.** Journal of Informetrics from Elsevier, Volume 11, p. 18-31. 2017.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The Concept of Representation.** Berkeley, CA, Los Angeles, CA and London: University of California Press, 1967.

RAMALHO, W.; KLEIN, S. B.; AZEVEDO, S. S. **As diferentes abordagens epistemológicas no uso dos cinco tipos de triangulação.** Brazilian Journal of Business, 3(5). 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

SANGALLI, Amanda; KAUCHAKJE, Samira. 2020. **Uma Introdução à Bibliometria e Cientometria: o caso do presidencialismo latino-americano.** Revista Política Hoje, v. 29, n. 1, p. 87-160.

SILVA, Fabiane F.; RIBEIRO, Paula R. C. **Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”.** Ciênc. Educ., Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466. 2014.

STANISCUASKIS, Fernanda; ZANDONÁ, Eugenia; REICHERT, Fernanda et al. **Maternity in the Brazilian CV Lattes: when will it become a reality?** An Acad Bras Cienc 93(1). 2021.

TASHAKKORI, Abbas; TEDDLIE, Charles; TEDDLIE, Charles B. **Mixed methodology: Combining qualitative and quantitative approaches.** Sage, 1998.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais.** São Paulo: Ática, 2006.